

**Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas:
experiências brasileiras e canadenses**

Dante P. Martinelli

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP

Email: dantepm@usp.br

André Joyal

Universidade do Quebec em Trois Rivières

Email: andré_joyal@uqtr.ca

Resumo

Historicamente, tende-se a pensar em desenvolvimento local apenas sob o ponto de vista econômico, voltado para o aspecto competitivo. Muitas pessoas e governos pensam apenas em questões financeiras, tributárias e de geração de receitas. Porém a globalização, ao contrário daquilo que se poderia pensar à primeira vista, vem justamente reforçar a importância do desenvolvimento local, visto que cria a necessidade da formação de identidades e de diferenciação das regiões e das comunidades, para enfrentarem um mundo de extrema competitividade.

Dessa forma, torna-se essencial pensar no desenvolvimento num contexto local, reforçando as preocupações com os aspectos sociais. Outras visões, menos extremistas, ainda enfatizam o desenvolvimento econômico, porém ainda sem questionar o padrão atual de desenvolvimento, em termos subjetivos. Nesse contexto, reforça-se a relevância da globalização na realidade atual, exigindo ajustes estruturais na economia e nas organizações, para se adaptar ao novo contexto globalizado. Dá-se assim grande importância aos aspectos econômicos, porém já com uma boa

ênfase nas questões locais e com uma preocupação incipiente, porém já existente, com o desenvolvimento em termos sociais.

Após os aspectos conceituais, são apresentados neste artigo os principais resultados de uma pesquisa envolvendo duas amostras de sessenta empresas, uma no interior do estado de São Paulo e outra na província do Quebec no Canadá. As principais preocupações foram comparar essas pequenas e médias empresas, exportadoras e não exportadoras, em termos de capacidade de inovação, utilização das informações e capacidade de exportação. Os resultados ressaltam as diferenças entre os dois países e reforçam a importância das pequenas e médias empresas para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, pequenas e médias empresas, redes

Introdução

Quando se pensa em desenvolvimento local, pode-se analisar sob diferentes pontos de vista. Muitos podem vê-lo sob o prisma do desenvolvimento econômico, voltado para o aspecto competitivo. Muitas pessoas e governos, ao pensar em promover o desenvolvimento das regiões e das comunidades se voltam totalmente para o aspecto econômico, pensando apenas em questões financeiras, tributárias e de geração de receitas. Porém a globalização, ao contrário daquilo que se poderia pensar à primeira vista, vem justamente reforçar a importância do desenvolvimento local, visto que cria a necessidade da formação de identidades e de diferenciação das regiões e das comunidades, para enfrentarem um mundo de extrema competitividade.

Trata-se, do ponto de vista econômico, de buscar estratégias que tornem competitivas as comunidades, regiões e países, num contexto globalizado. As novas demandas do mercado, competitivo e em constante mutação, exigem um sistema produtivo, ao mesmo tempo eficiente na

utilização dos recursos e eficaz no atingimento dos objetivos. Esse é o conceito de efetividade, ou seja a busca simultânea da eficiência e da eficácia, requisito indispensável no contexto mundial atual.

Quando se fala em diferenciação, inclui-se competição e desigualdade, sendo o mais importante oferecer melhores condições, de forma a atrair os bons investimentos. Essa é evidentemente a visão mais extrema de desenvolvimento local, dando toda a ênfase à questão do crescimento econômico, independente de se criar ou não maiores desigualdades sociais. Assim, poder, capacitação, conhecimento, todos eles continuarão concentrados e, conseqüentemente a renda que, cada vez mais, tenderá a ficar na mão de poucos, com desigualdades cada vez maiores.

Assim, urge pensar no desenvolvimento num contexto local, reforçando as preocupações com os aspectos sociais. Outras visões, menos extremistas, ainda enfatizam o desenvolvimento econômico, porém ainda sem questionar o padrão atual de desenvolvimento, em termos subjetivos. Nesse contexto, reforça-se a relevância da globalização na realidade atual, exigindo ajustes estruturais na economia e nas organizações, para se adaptar ao novo contexto globalizado. Dá-se assim grande importância aos aspectos econômicos, porém já com uma boa ênfase nas questões locais e com uma preocupação incipiente, porém já existente, com o desenvolvimento em termos sociais.

Há, entretanto, outras visões que questionam o padrão de desenvolvimento atual, buscando, porém, uma volta ao passado, dado que questionam e não aceitam de forma alguma a questão da globalização, mesmo se ela é hoje uma evidência em nossas vidas. Porém, muita gente confunde o fenômeno objetivo, real e concreto da globalização com as visões subjetivas de mundo daqueles que dirigem as corporações transnacionais que estão na vanguarda do processo de globalização da economia mundial, conforme bem apontado por Franco (2001:14).

Num outro extremo, porém, surgem as visões que podem ser consideradas mais sistêmicas e que vêem outras dimensões que não apenas a econômica, sem desconsiderar a importância do

desenvolvimento econômico e da competitividade, mas dando uma grande ênfase aos aspectos sociais, culturais, éticos e de desenvolvimento comunitário. Assim, prega-se que a racionalidade do mercado não deve ser o único fator a ser considerado e que não se pode basear todas as políticas de desenvolvimento nessa premissa. Estimula-se o desenvolvimento local, regional, nacional e global, porém questionando-se o padrão de desenvolvimento econômico atual e procurando-se abrir espaços para que outras dimensões possam também ser incorporadas ao processo de planejamento e de estabelecimento de políticas públicas e privadas para a sociedade como um todo.

Assim, como afirma Franco (2001:11), cresce atualmente a convicção de que é preciso fazer brotar a ação cidadã nas coletividades onde vivem os excluídos sociais, estabelecendo-se espaços ético-político alternativos de desenvolvimento local, compatíveis com a realidade dos seres humanos envolvidos, de forma a efetivar os laços de solidariedade que podem promover as suas vidas.

Ambiente sistêmico: um desafio para as novas economias

As crescentes exigências que as empresas devem atender, no tocante à produtividade e competitividade, assim como os maiores níveis de exposição externa que as economias enfrentam, são desafios dos quais essas economias dificilmente podem se livrar. Torna-se, assim, necessária a criação de um ambiente sistêmico que permita introduzir as inovações tecnológicas necessárias no contexto empresarial. Nesse contexto, torna-se essencial negociar entre o setor privado empresarial, a administração pública nos diferentes âmbitos e os demais atores sociais regionais e locais, a criação de um “ambiente inovador”, sócio-institucional, que assegure a modernização produtiva e empresarial da região (Albuquerque, 1998).

Como destaca Williamson (1989, em Albuquerque, 1998), a competitividade é sistêmica, já que ela depende de todos os elementos do ambiente imediato da empresa, visto que a qualidade desse

ambiente é determinante para a eficiência produtiva e, conseqüentemente, para a competitividade das empresas, ao permitir a redução dos seus custos econômicos de transação.

Da mesma forma, na medida em que a qualidade dos recursos humanos, avaliada aqui pelo conhecimento disponível, passa a ser o fator estratégico fundamental para a criação de vantagens competitivas, a criação negociada desse ambiente institucional e social inovador é decisiva para o desenvolvimento regional e local.

O novo modelo de organização produtiva e empresarial se caracteriza por possuir maiores graus de flexibilidade organizacional e capacidade de inovação. Para as empresas de pequeno e médio porte, abre-se agora um leque de possibilidades competitivas muito maior do que aquele que se verificava no modelo fordista, já que atualmente não necessariamente se requer grandes investimentos em termos de capital, para ter acesso aos setores mais dinâmicos da atividade econômica (o que acontecia, em grande escala, no passado, em especial nos setores siderúrgico, metal-mecânico, química básica e construção naval, dentre outros). Hoje o capital estratégico é o conhecimento incorporado às atividades econômicas, e esse não depende tanto do tamanho da empresa, mas principalmente da “arquitetura” social e territorial que combine e congregue os atores sociais públicos e privados (Albuquerque, 1998).

Os processos de descentralização devem configurar um ambiente no qual as micro, pequenas e médias empresas possam acessar efetivamente os serviços de apoio às atividades produtivas e, com isso, impulsionar decisivamente o desenvolvimento econômico regional. A descentralização política se converte, assim, em uma ferramenta determinante para o desenvolvimento econômico local, ao facilitar a criação de espaços para negociações estratégicas com o setor privado empresarial e com os demais atores sociais regionais. Esse tipo de intervenção constitui provavelmente a melhor forma de atuar para as administrações públicas regionais no novo modelo de desenvolvimento “pós-fordista” e concretiza, na prática, a flexibilidade que se requer de tais entidades, ou seja, sua recriação como

parte da reforma ou modernização do Estado. Isso está coerente com a visão de que o desenvolvimento econômico se constitui, de fato, numa tarefa coletiva da sociedade e, como tal, necessita do consenso de todos os atores sociais envolvidos no processo.

Nova concepção de desenvolvimento econômico

Na nova concepção de desenvolvimento econômico ganham importância, dentre outros, alguns componentes sócio-culturais. Assim, o espaço deixa de ser contemplado simplesmente como suporte físico das atividades e processos econômicos, passando a ser mais valorizados os territórios e as relações entre os atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização social e cultural.

Como afirma Costa (2001), as condições para o surgimento do capitalismo não se restringiram só à expropriação do produtor direto, do camponês e do artesão, mas também incluíram a formação do capital-dinheiro. A formação do capital-dinheiro surgiu das concentrações de grande massa de recursos à disposição de um pequeno número de proprietários. Esses recursos poderiam ser ouro, prata, terras, meios de produção ou dinheiro em espécie. O grande contingente de indivíduos sem posse de bens foi obrigado a vender sua força de trabalho aos proprietários das terras ou aos donos das manufaturas. O capital-dinheiro torna-se capital propriamente dito (numa autêntica relação social) quando ele encontra trabalhadores livres, disponíveis para oferecerem o seu trabalho através de um contrato de prestação de serviços ou de assalariamento. Os assalariados passam a buscar qualificação, para conseguir melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, obter renda para sobreviver em condições socialmente adequadas.

Historicamente, a atividade da manufatura subordinou o trabalhador, visto que ele, despojado de bens e propriedades, só tinha a oferecer as suas habilidades pessoais, através da prestação dos seus

serviços. Com o tempo e o crescimento da atividade industrial, as grandes indústrias passaram a subordinar o trabalhador, em função do progresso técnico, visto que estes não conseguiam acompanhá-lo por conta própria e acabavam ficando presos às empresas. Por outro lado, o progresso técnico também impossibilitava os trabalhadores de retornarem ao artesanato.

Porém, nos dias de hoje, com a revolução tecnológica, mesmo trabalhadores com alta qualificação técnica têm dificuldade para conseguir empregos e o alto índice de desemprego leva esses excluídos do sistema capitalista a terem que buscar uma outra alternativa que, na maior parte dos casos, vem a ser a da criação do seu próprio negócio ou do início de uma nova atividade por sua conta. Isso leva à criação dos micro empreendimentos. De certa forma, tem-se uma regressão histórica, voltando-se ao artesanato ou a outras atividades similares. Daí a grande importância, cada vez mais crescente por sinal, do empreendedorismo e de estimular as condições para que essas pessoas possam iniciar uma nova atividade.

É preciso lembrar-se que desenvolvimento local é sinônimo de intervenções do tipo parceria, com objetivos ao mesmo tempo sociais e econômicos. Do contrário, estar-se-ia diante de um pleonismo de gosto duvidoso, pois todo desenvolvimento deve, necessariamente, ocorrer em um dado lugar. Daí a necessidade de destacar as diferenças em relação às iniciativas ditas localizadas, que nada têm a ver com o processo em questão nesta obra. O que leva a destacar que o desenvolvimento local em ambiente urbano é observado somente há poucos anos. Georges Gontcharoff, da organização UNADEL, o localiza nos anos 70 para a França. Embora, a seu ver, já houvesse algumas iniciativas em andamento, dentre as quais a mais famosa é a da “região” do Méné, na Bretanha, liderada pelo prefeito e padre Paul Houé. O Quebec passou pelo mesmo processo. Antes do surgimento dos três primeiros CDEC em Montreal, em meados dos anos 80, não se podia de fato falar de desenvolvimento local fora de determinadas regiões periféricas. Isso se deve ao fato de os gestos de solidariedade serem observados com maior facilidade no meio rural, em que as pessoas se conhecem

há tempos e, portanto, têm maior propensão a agir em conjunto? Do contrário, como explicar que os CIEL florescessem no meio rural, enquanto que em Montreal os Círculos de Empréstimo não tiveram a mesma envergadura? Será uma questão de mentalidade diferente? Procurar-se-á responder essas perguntas.

Contudo, essa opinião não é compartilhada por Bocayuva (2001:52 em Silveira & Reis, 2001), para quem a gestão local propicia as novas estratégias de desenvolvimento, modifica os condicionamentos do processo de globalização, reorganiza as forças sociais e as redes no território, podendo ser mais bem desenvolvida a partir das cidades como ponto de condensação de fluxos, de trajetórias associativas, de acúmulos culturais, de banco de competências e conhecimentos. A seu ver, “o contexto espacial urbano possui melhores possibilidades de gerar respostas aos paradigmas gerados pelas mutações da revolução tecnológica, bem como para fazer frente às restrições geradas pelos padrões de exclusão e controle do capital global”. Os exemplos quebequense e francês não permitem compartilhar esse ponto de vista.

Assim, no que se refere a Montreal, apesar da criação, em 1988, de um posto de agência de desenvolvimento dedicada ao desenvolvimento local, dentro da Comissão de Iniciativa e Desenvolvimento Econômico de Montreal, a maioria dos agentes de desenvolvimento da cidade sempre encontraram dificuldades em transitar entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. Portanto, têm dificuldades para reconhecer o trabalho dos CDEC em favor de uma abordagem mais clássica do desenvolvimento econômico, que destaca a criação de mercados no território, enquanto os CDEC estimulam a revitalização dos bairros, através do fortalecimento das comunidades locais.

Empreendedorismo

Pequenos negócios enfrentam normalmente o desafio de serem competitivos num mercado de concorrência muito acirrada com grandes empresas, em princípio mais preparadas para um mundo globalizado. O processo de novas e contínuas aberturas de mercado, com os acordos de livre comércio, são ao mesmo tempo um desafio a ser enfrentado, no sentido de estar preparado para acompanhar essas mudanças, porém se constitui numa oportunidade interessante na qual novas opções acabam surgindo.

Nesse contexto, a capacidade de exportação pode se tornar um diferencial importante. Carrier (1999) dá conta de vários estudos dirigidos a descobrir porque muitos gerentes proprietários de pequenas empresas nem consideram as exportações como uma alternativa interessante de crescimento e desenvolvimento. Os resultados vêm demonstrando que as empresas muitas vezes enfrentam diferentes obstáculos para se voltar para as exportações, incluindo-se aqui falta de informações sobre oportunidades e mercados (Philippe, 1990; Ali & Swiercz, 1991; Dichtl, Koeglmayer & Muller, 1990; Brooks & Rosson, 1982); pouco conhecimento das ferramentas de marketing e distribuição (Kedia & Chokkar, 1986; Ogram, 1982; Kathawala et al, 1989) e falta de recursos financeiros para enfrentar a complexidade das exportações (Nelson, 1984; Chenier & Prince, 1990).

Além desses fatores, Carrier (op cit) aponta também a diferença de postura entre os gerentes de empresas exportadoras e não exportadoras, em termos de percepção de riscos e dificuldades associadas com o processo de exportação e suas orientações em direção aos negócios internacionais (conforme Sharkley, Lim & Kim, 1989; O'Rourke, 1985; Axinn, 1988; Cavusgil & Naor, 1987; Daniels & Goyburo, 1976; Ogram, 1982). Assim, a importância da determinação dos gerentes proprietários de levar as empresas a ingressarem no mercado exportador torna-se fundamental, conforme apontado por Leo, Monnoyer-Longe & Philippe (1992, apud Carrier, 1999).

Em pesquisa exploratória sobre as dificuldades para exportar e o treinamento e desenvolvimento requerido para gerar uma atitude favorável e as habilidades necessárias para exportar, Carrier (1999) identificou como principal problema a falta de contatos estrangeiros e como segundo empecilho a falta geral de conhecimento do potencial de mercados externos das empresas do setor e em terceiro lugar os aspectos técnicos dos métodos de pagamento das exportações. Porém, aponta que a amostra pesquisada já percebeu as exportações como uma necessidade e identificou fraquezas e obstáculos como pontos importantes para se investir em treinamento e desenvolvimento voltados para a prática das exportações.

As PME Não-Metropolitanas: Uma Comparação entre PME Quebequenses e Brasileiras

Muitos são os critérios para definir ambiente urbano e rural. Nos Estados Unidos, a definição mais comum de meio rural é utilizada para o conjunto de zonas com aglomerações de menos de 5.000 habitantes, localizadas longe dos grandes centros. Esse limite seria de 2.000 habitantes na França, de acordo com os dados da OCDE.

Em alguns países, o peso econômico na ocupação da mão de obra da agricultura é o principal critério para a definição de ruralidade. Em Israel, são consideradas urbanas as localidades onde 2/3 dos chefes de família exercem ocupações não agrícolas. No Chile, além do patamar populacional (1.500 habitantes) a localidade deve ter menos de 50% de seus habitantes ocupados em atividades secundárias (Dirven, 1997, em Abramovay, 2000:4). A aplicação desse critério aboliria o espaço rural dos países desenvolvidos e faria com que seu peso fosse fortemente declinante nas nações em desenvolvimento.

Já Joyal & Deshaies (1998), em estudo sobre PME quebequenses em meio rural, definem ambiente rural como aquele de cidades de menos de 3.000 habitantes. O limite de 20.000 habitantes, proposto

pelo sociólogo francês Henri Mendras (1995, em Abramovay, 2000:5), é o parâmetro mais freqüentemente utilizado em organizações internacionais. Esse critério amplia para 33% a população rural brasileira. Os diferentes limites para se definir ambiente rural, assim como os critérios diversos para fazê-lo, tem um inconveniente de dificultar a comparabilidade internacional das informações sobre o meio rural. Assim, alguns ajustes têm que ser feitos sempre, para se poder comparar dados de regiões e/ou países diferentes. Como afirma Abramovay (2000:27), embora existam traços comuns da ruralidade, o meio rural se caracteriza por sua imensa diversidade. Assim, estabelecer tipologias capazes de captar essa diversidade é uma das mais importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento.

O conceito utilizado para os fins deste estudo, com relação à amostra quebequense, foi o de considerar como aglomeração rural aquelas com menos de 3.000 habitantes (conforme proposto por Joyal & Deshaies, 1998) e, acima, disso, já incluí-las como aglomerações urbanas, o que pareceu mais adequado à realidade da região pesquisada no Quebec. Já para a realidade brasileira, foi necessário verificar qual seria o tamanho de aglomeração que poderia proporcionar às PME da região uma infra-estrutura equivalente àquela do Quebec, nas regiões pesquisadas. Verificou-se, então, que na realidade do estado de São Paulo, uma comunidade de 20.000 habitantes seria mais ou menos equivalente, em termos de infra-estrutura e dependência em relação a centros maiores, a uma comunidade de 3.000 habitantes no Quebec, o que levou à utilização do critério proposto por Mendras (op cit) para a amostra brasileira. Assim, foram definidos esses limites acima para as duas regiões pesquisadas, no Brasil e no Canadá.

Assim, procurou-se comparar as realidades das cidades consideradas como rurais nas duas amostras (até 3.000 habitantes na província do Quebec e até 20.000 habitantes no estado de São Paulo), bem

como as cidades consideradas como urbanas, porém em áreas não metropolitanas (de 3.000 a 20.000 habitantes no Quebec e de 20.000 a 100.000 habitantes em São Paulo).

A metodologia utilizada

Selecionadas segundo um método não-probabilístico por cotas (PME exportadoras e não exportadoras), com um número máximo de 250 funcionários, foi solicitado que as empresas pesquisadas identificassem as várias fontes de informação indispensáveis para o seu bom funcionamento. Como nos trabalhos precedentes, realizados por André Joyal e sua equipe no Canadá, as PME estudadas no âmbito da presente amostra pertencem, em sua maioria, ao setor manufatureiro complexo. É preciso lembrar que a referência à complexidade diz respeito a diferentes considerações, como recorrer a procedimentos computadorizados na fabricação, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, levando à colocação no mercado de novos produtos, ou de produtos aperfeiçoados, a qualificação de pessoal, tanto no nível da produção como da direção.

O respondente, na maioria dos casos, era o proprietário-dirigente. Privilegiando uma abordagem qualitativa, o tratamento dos dados consistiu em diferenciar os casos estudados com o auxílio de índices que mensuravam as dimensões apresentadas, tanto no que se refere aos casos característicos, quanto aos relativos à origem das fontes de informação. Agindo assim, espera-se poder demonstrar as diferenças entre as PME exportadoras (em geral mais inovadoras) e as não exportadoras (em geral menos inovadoras), para verificar se a pertinência da afirmação de que as carências em informação explicam, antes de tudo, a ausência de envolvimento da maioria das PME com o mercado. Deste modo, em relação aos novos produtos, novas tecnologias, qualidade dos produtos, oportunidades de mercado, de investimento e de financiamento, identificou-se, ao mesmo tempo, a origem e a importância relativa das fontes de informação externas utilizadas pelas PME.

Descrição das Duas Amostras

A tabela 1 apresenta os setores de atividade das empresas estudadas. Vê-se que as PMEs quebequenses não-exportadoras (32) são ligeiramente mais numerosas que as exportadoras (28).

Tabela 1: Divisão das PME Quebequenses Segundo o Setor de Atividade

Classificação das indústrias manufatureiras Segundo Statistique Canadá	PME não-export.	PME Export.	Total de PME
Indústrias de alimentos e bebidas	3	5	8
Indústrias de produtos plásticos	1	1	2
Indústrias de couro e produtos conexos	1	-	1
Indústrias de produtos têxteis e vestuário	1	2	3
Indústrias de madeira	3	2	5
Indústrias de móveis e artigos de mobília	6	4	10
Indústrias de primeira transformação de metais	1	-	1
Indústrias de fabricação de produtos metálicos	5	2	7
Indústrias de maquinário	3	3	6
Indústrias de material de transporte	1	2	3
Indústrias de produtos elétricos e eletrônicos	2	-	2
Indústrias de produtos minerais não-metálicos	1	1	2
Indústrias químicas	1	1	2
<i>Outras</i> indústrias manufatureiras	3	5	8
TOTAL	32	28	60

Da mesma forma, foi possível selecionar 60 empresas brasileiras, no estado de São Paulo (em três regiões que serão descritas a seguir), localizadas em um ambiente não-metropolitano. Essas empresas foram selecionadas em igual número nas três sub-regiões escolhidas no estado de São Paulo, ou seja, nos arredores de Ribeirão Preto, de Piracicaba e de São João da Boa Vista.

Tabela 2: Divisão das PME Brasileiras Segundo os Setores de Atividade

Setores	PME não export	PME export	Total PME
Alimentação e bebidas	14	1	15
Produtos metálicos	7	2	9
Produtos têxteis	5	2	7
Indústria moveleira	3	0	3
Material de construção	1	0	1
Transformação de mineração	3	0	3
Produtos plásticos	3	1	4
Maquinário	3	1	4
Indústria química	2	0	2
Indústria do couro	1	0	1
Indústria de madeira	2	0	2
Indústria de brinquedos	1	0	1
Indústria gráfica	2	0	2
Setor agro-alimentício	3	2	5
Setor de embalagens	0	1	1
Total	50	10	60

A amostra pesquisada no estado de São Paulo foi subdividida em 3 sub-regiões de características bastante distintas, para se poder efetuar comparações entre elas. As regiões do Estado de São Paulo que foram escolhidas, assim como os nomes que lhes foram atribuídos para o fim desta pesquisa são:

- Região Norte – ao norte da cidade de Ribeirão Preto (centro metropolitano, com aproximadamente 505 mil habitantes, segundo o censo de 2000 do IBGE);

- Região Centro – em torno da cidade de Piracicaba (também um centro metropolitano, com população de pouco menos de 330 mil habitantes);
- Região Leste – dentro do estado de São Paulo, porém muito próximo da divisa de Minas Gerais, tendo como centro metropolitano mais próximo, segundo o critério considerado, a cidade de Poços de Caldas - MG (com uma população de pouco mais de 135 mil habitantes).

Tabela 3: Percepção da Posição das PME, Relativa às Empresas do Mesmo Setor, quanto à Inovação (média em uma escala de 1 a 5)

Tipo de inovação	PME Quebequenses	PME Brasileiras	Significância ¹
Pesquisa e desenvolvimento	3,3	3,3	---
Novas tecnologias de produção	3,4	3,5	---
Design dos produtos	3,4	3,3	---
Formação dos funcionários	3,1	3,3	---
Criação de novos produtos	3,6	3,5	---
Melhoria de produto e tecnologia de produção	3,7	3,5	0.96

¹ Foi utilizado o teste não-paramétrico de Mann-Whitney para realizar o cálculo. A ausência de valor numérico indica uma diferença não-significativa entre as duas amostras (ao nível de significância de 10%).

Redução na ocupação agrícola e esvaziamento do meio rural: a realidade brasileira atual

No Brasil, a tendência é de cada vez maior esvaziamento do meio rural, chegando-se em 2000 a menos de 20% de população considerada como rural (segundo os dados do IBGE do censo de 2000). Em regiões mais industrializadas, como é o caso do estado de São Paulo, esses números são ainda

menores, chegando a 6,6%. Essa redução, algumas vezes vista como uma perda, na maior parte dos casos é encarada como sinal de progresso.

Desde 1996, constituíram-se no interior do país mais de mil comissões municipais de desenvolvimento rural, conforme apontado por Abramovay (2000:1). Ainda não existe uma avaliação rigorosa de seu desempenho, mas apesar de sua já previsível precariedade, essas comissões estão voltadas para o aproveitamento dos recursos locais e regionais.

Dado que grande parte dos municípios com maior índice de desenvolvimento humano é eminentemente rural, não existe qualquer razão para que o meio rural seja associado à idéia de que nele permanecem apenas os que não conseguem se aventurar em direção às cidades, como muitas vezes se pode ver.

Apesar da constatação por parte da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de que a ocupação agrícola encontra-se em queda relativa, em alguns casos, e em queda absoluta, na maior parte dos casos, algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas do interior dos países membros da OCDE. Além disso, o dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo para a criação de empregos.

No caso brasileiro, há um vício de raciocínio (aliás generalizado nas ciências sociais contemporâneas) na maneira como se definem as áreas rurais, como aponta Abramovay (2000:2). As áreas rurais, segundo a definição do IBGE, são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades (cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais).

Assim, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista – de maneira distorcida, evidentemente – como “urbanização do campo”. Que essa visão tenha prevalecido quando o pensamento social voltava-se fundamentalmente ao processo de industrialização, é bastante compreensível. Hoje, porém, não deveria mais ser aceita, em condições normais. Porém, não é só no Brasil que isso acontece. Vários países continuam a

aceitar esse tipo de critério para definir o meio rural, seja por tradição, seja por dificuldade para estabelecer outro critério mais adequado, seja por comodidade.

Experiência diária da ruralidade: uma tendência quebequense atual

Bruno Jean menciona que cerca de um quarto da população quebequense vive a experiência diária da “ruralidade”, de acordo com os três critérios abaixo:

- um tipo específico de sociabilidade, devido à fragilidade dos efetivos demográficos (critério sociológico);
- um tipo específico de relação com o espaço, devido a uma baixa densidade populacional (critério geográfico);
- um tipo específico de modo de vida, o das pequenas coletividades.

Não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural e seria vã a tentativa de localizar a melhor entre as atualmente existentes. Para a América Latina, o rural não é definido por oposição às cidades, mas sim em relação a elas. O meio rural inclui o que normalmente se chama de “cidades” em proporções que variam segundo as diferentes definições, criando o que se pode chamar de “cidades rurais”. A conexão às redes metropolitanas – que é uma das características centrais dos espaços rurais dinâmicos – é vista, nesse caso, como sinônimo de desruralização.

Todo o esforço atual está na procura das relações entre as regiões rurais (que não podem ser definidas como as que se encontram em campo aberto, fora dos limites das cidades) e as cidades das quais dependem. Se o meio rural se constituir apenas naquilo que vai restando das concentrações urbanas, ele poderá, no máximo, receber políticas sociais que compensem a sua

inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e às suas cidades vizinhas, então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural (Abramovay, 2000:3).

Considerações finais

É amplamente sabido que o êxodo dos jovens neste início de século XXI continua sendo uma das realidades mais constantes do nosso cotidiano. Também é largamente conhecido que as esperanças baseadas nas retomadas de novas tecnologias em regiões afastadas tardam a se manifestar.

Deve-se destacar que, no que se refere às estratégias de desenvolvimento local, dez ou quinze anos é pouco tempo. Estimular uma cultura empreendedora exige tempo. Porém os resultados já aparecem no Quebec e também já começam a se mostrar no Brasil.

Como as PME estão no âmago de todas as estratégias de desenvolvimento local, não faltam motivos para otimismo. O que os empreendedores quebequenses realizaram nos últimos trinta anos e os brasileiros talvez num período de tempo um pouco mais curto já é bastante considerável. É bem verdade que talvez se possa dizer que os estudos sobre as PME inovadoras dizem respeito a uma elite, e que, no conjunto, as PME ainda têm muito a fazer, diante dos desafios de uma economia cada vez mais aberta. Porém as PME inovadoras são suficientemente numerosas para mostrar que os obstáculos colocados no caminho de qualquer empresa não são intransponíveis. Isso se torna mais fácil com a união, como exige toda estratégia de desenvolvimento local.

É bem verdade também que uma região que sempre dependeu do aproveitamento dos seus recursos naturais, através de grandes empresas de capital estrangeiro, não se transformará em militante da nova economia de um dia para outro. Não se transformam, em alguns meses, antigos operários de uma fábrica de papel e celulose em empreendedores capazes de estruturar uma pequena empresa,

com alto valor agregado. Mas pode-se reorientar os mais jovens para essas atividades procuradas por esse tipo de empresa. Do contrário, o êxodo poderia representar a única opção possível.

Assim, os exemplos vividos e demonstrados no dia-a-dia mostram que é possível aprender bastante, principalmente com as experiências dos últimos trinta anos, no que se refere ao desenvolvimento local, podendo-se prever que as populações das regiões atingidas deverão conhecer melhor sorte do que aquela que seus ancestrais tiveram, como vem acontecendo ao longo do tempo, com a tendência evolutiva na sociedade como um todo.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo, Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para discussão no. 702, Rio de Janeiro, 2000.
- ALBUQUERQUE, Francisco, Desenvolvimento e Fomento produtivo local para superar a pobreza, último capítulo em "Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural, Banco do Nordeste, Fortaleza, 1998.
- AMARAL FILHO, Jair, Desenvolvimento Regional endógeno em um Ambiente Federalista, Revista Planejamento e Políticas Públicas, No. 14, dez/1996.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ, Cap. 8 em CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter (org.), Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.
- BORBA, Robinson, A Cidade Cognitiva, Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, São Paulo, 2000.

- CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter (org.), *Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.
- COSTA, Fernando Nogueira da, *A Revolução do Microcrédito*
- COSTA, Fernando Nogueira da, *Capacitar, creditar e propiciar*
- FRANCO, Augusto de, *Por que precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável?*, Separata da Revista *Século XXI*, No. 3, Millenium - Instituto de Política, Brasília, 2000.
- GALVÃO, Antonio Carlos F. & VASCONCELOS, Ronaldo R., *Política Regional à Escala Sub-Regional: uma Tipologia Territorial como Base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional*, Ministério da Fazenda, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para discussão no. 665, Rio de Janeiro, 1999.
- JOYAL, André, *Le développement local - Comment stimuler l'économie des régions en difficulté*, Les Éditions de l'IQRC, les Presses de l'Université laval, Quebec, 2002.
- JOYAL, André & DESHAIES, Laurent, *Des PME québécoises en milieu rural: des exemples de success*, *Revue d'économie régionale et urbaine*, n.4, 1998.
- MANCE, Euclides André, *A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como Uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual*, IFIL, 1998.
- MARTINELLI, Dante P., JOYAL, André, *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*, Editora Manole, São Paulo, 2003.
- PARENTE, Silvana & Zapata, Tania, *Parceria e Articulação Institucional para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*, Projeto Banco do Nordeste / PNUD, Série Cadernos Técnicos no. 4, Recife, 1998.

- SILVEIRA, Caio Márcio (coord.), Desenvolvimento Local no Contexto Metropolitano, Documento-síntese do Ciclo de Debates, FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), coord., 1999.
- SILVEIRA, Caio Márcio, Sistema Ceape: Programa de Apoio a Pequenos Empreendedores, Cap. 7 em CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter (org.), Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.
- WHITAKER, Francisco, Rede: uma estrutura de organização, Revista Mutações Sociais, Ano 2, no. 3, CEDAC, Rio de Janeiro, mar/abr/mai - 1993.